

## Desenvolvimento e política cultural: reflexões de Celso Furtado no caminho do Ministério da Cultura

### RESUMO

Amplamente reconhecido como um dos economistas mais importantes da história brasileira, Celso Furtado ainda é pouco conhecido por suas reflexões no campo da política cultural, mesmo tendo sido ministro da Cultura. No intuito de resgatar e apresentar a originalidade de seu pensamento na área, o artigo busca analisar de forma sintética suas reflexões sobre desenvolvimento e política cultural. Primeiro, será tratada sua obra anterior ao período no Ministério da Cultura, cujo núcleo se concentra na relação entre cultura e desenvolvimento. Depois, serão abordadas suas reflexões especificamente sobre política cultural, a partir de suas intervenções políticas, já no caminho do ministério.

### Palavras-chave

Celso Furtado; Cultura; Desenvolvimento; Política Cultural; Ministério da Cultura.

### ABSTRACT

*Widely accepted as one of the most important economists in Brazil's history, Celso Furtado is still relatively little known for his views in the field of cultural policy, even though he once held the post of Minister of Culture. In order to try to revive and highlight the originality of his ideas on the subject, this article seeks to analyse his views on development and cultural policy in a more concise manner. The article begins by dealing with his works prior to his time in the Ministry of Culture, which were primarily focused on the relationship between culture and development. It then looks at his views more specifically aimed at cultural policy, based on the political contributions he made during his period at the Ministry.*

### Key-words

*Celso Furtado; Culture; Development; Cultural Policy; Ministry of Culture.*

1. Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisador do Coletivo Marxista da mesma instituição (MAR/UFRRJ).

*“Este Ministério simboliza, de alguma forma, a Nova República. [...] Tem-se dito que em um país pobre como o nosso não cabe um Ministério da Cultura. Penso exatamente o contrário.”*

*“Trata-se, em síntese, de defender a liberdade de criar, certamente a mais vigiada e coitada de todas as formas de liberdade.”*

CELSO FURTADO

## 1. Introdução

Amplamente reconhecido como um dos economistas mais importantes da história brasileira, Celso Furtado ainda é pouco conhecido por suas reflexões no campo da política cultural. Mesmo tendo assumido o Ministério da Cultura (MinC) e dedicado grande parte de sua obra teórica e histórica para construir uma interpretação original sobre a relação entre cultura e desenvolvimento, ainda paira sobre ele o estigma do economista, bloqueando, por vezes, uma compreensão mais totalizante de sua trajetória política e de sua produção intelectual.<sup>2</sup>

No intuito de resgatar e apresentar a originalidade do pensamento de Furtado, o artigo busca analisar de forma sintética suas reflexões sobre desenvolvimento e política cultural. Primeiro, será tratada sua obra anterior ao ministério, que concentra, no núcleo das reflexões, a relação entre cultura e desenvolvimento, com destaque para o papel da modernização e da dependência cultural no processo de desenvolvimento dos países dependentes, dificultando a afirmação criativa de sua identidade cultural.

Num segundo momento, serão abordadas suas reflexões especificamente sobre política cultural, já no caminho do ministério. Partindo de intervenções de caráter mais político, será acompanhada a evolução de sua concepção de política cultural,

---

2. Existe, no entanto, uma literatura especializada que trata amplamente da dimensão cultural na obra de Celso Furtado, por exemplo: Bolaño (2013, 2015), Rodríguez (2007, 2009, 2010), Rodríguez; Burgueño (2001), e a coletânea de ensaios organizada por D'Aguiar (2013). Da minha parte, venho tratando do tema em trabalhos anteriores: Borja (2009, 2011, 2013b).

chegando numa síntese durante a gestão do MinC, com destaque para os temas da produção cultural, da dimensão cotidiana da cultura e da relação entre patrimônio e criatividade. Assim, poderá ser observada sua posição frente às diretrizes fundamentais de uma política cultural democrática, com uma contundente defesa da necessidade do Ministério da Cultura.

## 2. Cultura e desenvolvimento: reflexões antes do ministério

Analisando a obra teórica e histórica de Celso Furtado,<sup>3</sup> vemos que sua primeira grande reflexão sobre a relação entre cultura e desenvolvimento aparece no livro *Dialética do desenvolvimento* (1964). Reivindicando a dialética como método de análise, tenta conciliá-la com a abordagem antropológica sobre os processos de mudança social. Busca, com isso, uma análise sistêmica da cultura. Extraíndo do pensamento dialético a ideia de que o todo não pode ser explicado pela análise isolada de suas distintas partes, defende que sejam reconstituídas as relações de interdependência entre os elementos materiais e não materiais, de modo a visualizar a cultura como um sistema.

A abordagem adotada por Furtado do processo de desenvolvimento das forças produtivas assume a relação entre acumulação de capital e progresso técnico como ponto central. Também é notória a grande importância dada pelo autor à tecnologia, tanto como elemento transformador, quanto como instrumento de poder.<sup>4</sup> Isso fica explícito na forma como interpreta a concepção de Marx acerca do desenvolvimento, identificando na tecnologia o fator determinante das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, a tecnologia como fator decisivo da constituição da estrutura econômica e social – e, com isso, preponderante no processo de desenvolvimento histórico da sociedade.

Daí então aproxima esta perspectiva do conceito antropológico de mudança social, em especial através da noção de herança social, segmentada entre cultura material e

---

3 Para uma análise da obra teórica e histórica de Celso Furtado, no que diz respeito à formação de sua teoria do subdesenvolvimento, ver Borja (2013a).

4 Sobre o desenvolvimento das forças produtivas e o papel da tecnologia enquanto instrumento de poder, ver Borja (2009, 2011, 2013a).

cultura não material. Afirma também que, na época presente, são as transformações constantes na cultura material que impelem o restante da vida social a modificar-se, logo, são o foco da mudança social.<sup>5</sup>

Conjugando a abordagem antropológica com a concepção do processo de desenvolvimento histórico apropriada de Marx, Furtado pretende formular um *sistema de cultura*. Isto é, analisar a partir de uma dinâmica processual o impacto do contínuo fluir de inovações tecnológicas sobre os demais elementos da cultura, ressaltando a interdependência entre os elementos materiais e não materiais. Com o sistema de cultura em mente, destaca que as mudanças introduzidas na cultura por inovações tecnológicas nos processos produtivos têm características peculiares, que lhes conferem maior dinamismo, tendendo a gerar reações em cadeia.<sup>6</sup>

Assim, uma inovação no processo produtivo pode aumentar o produto social e o excedente, influenciando tanto sobre a organização da produção quanto sobre a forma de distribuição da renda, com repercussões, portanto, nas relações sociais de produção e na estrutura de poder. Como destaca Bolaño (2015, p. 99):

[...] no momento da gênese do método histórico-estrutural, o seu formulador estava empenhado justamente em defender uma visão interdisciplinar do problema do desenvolvimento, com ênfase na necessidade de incorporação de um paradigma antropológico de inovação e de difusão cultural, para o que lança mão do velho conceito de excedente, numa perspectiva mais ampla.

No caso específico do subdesenvolvimento, esse processo de ajustamento da estrutura social ao fluxo constante de inovações tecnológicas adquire uma série de peculiaridades, uma vez que as grandes mudanças na cultura material são assimiladas diretamente do centro do sistema capitalista mundial, sem conexão direta com o sistema de cultura local.

A partir de meados dos anos 1970, Furtado inicia uma série de trabalhos em que a relação entre cultura e desenvolvimento será explicitada. Em *O mito do desenvolvi-*

---

5. Sobre a influência da antropologia no pensamento de Furtado, ver Bolaño (2015).

6. Deve-se ressaltar, contudo, que a cadeia de transmissão apresentada constitui somente uma das possibilidades da mudança social, sendo de relevante importância o caminho inverso, no qual mudanças na cultura não material influem sobre a cultura material.

*mento econômico* (1974), sua interpretação histórica subsidiou a formulação dos conceitos de modernização e dependência cultural. A inserção dos países da América Latina, como primário-exportadores, na divisão internacional de trabalho formada após a Revolução Industrial inglesa do século XVIII, teria provocado aumentos de excedente no sistema econômico periférico. Ali onde o excedente gerado foi parcialmente apropriado pelas classes dirigentes locais houve uma rápida diversificação dos padrões de consumo, em benefício dessas classes, mediante a importação de bens de consumo final.

A existência de uma classe dirigente com padrões de consumo similares aos de países onde o nível de acumulação de capital era muito mais alto e impregnada de uma cultura cujo elemento motor é o progresso técnico, transformou-se, assim, em fator básico na evolução dos países periféricos. [...] Chamaremos de *modernização* a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos (FURTADO, 1974, p. 80-81, destaque meu).

A *modernização* da sociedade por meio da importação de bens de consumo, sem a correspondente diversificação do aparelho produtivo, seria o ponto central da *dependência tecnológica*. Esta assumiria toda sua amplitude durante o processo de industrialização por substituição de importações, sendo entranhada no sistema industrial. Isto é, tendo como objetivo reproduzir internamente os produtos industrializados antes importados, não haveria outra solução senão adotar também os métodos produtivos vigentes nos países centrais. De tal modo, a *dependência tecnológica* seria aprofundada para a dimensão dos processos produtivos.

A tentativa dos países periféricos de mimetizar o sistema industrial originário do centro do capitalismo mundial, onde o nível de acumulação de capital é muito mais elevado, levaria, em última instância, à reprodução ampliada da dependência. Na verdade, Furtado propõe que não se trata simplesmente de uma questão tecnológica, mas que almejar reproduzir o modo de vida, os produtos consumidos, as formas de produção, configuraria sim uma *dependência cultural*.<sup>7</sup>

---

7. Sobre as conexões entre dependência tecnológica e dependência cultural, ver Borja (2009, 2013b).

Assim, a forma de utilização do excedente, tida como elemento fundamental da reprodução social, ficaria condicionada pela *dependência cultural*, limitando o escopo de possibilidades dos países dependentes. Suas classes dirigentes, que se apropriam de parcela significativa do excedente gerado, se identificariam cultural e ideologicamente com as classes dirigentes do centro capitalista, orientando o sistema econômico no sentido de reproduzir as formas de vida mais “desenvolvidas”. Nisso residiria o “mito do desenvolvimento”, já que essa tentativa levaria ao aumento da concentração de renda e das desigualdades sociais, reproduzindo a dependência em escala ampliada.

Aqui fica patente a assimilação por parte de Furtado de algumas críticas que sofreu dos teóricos da dependência.<sup>8</sup> Nesta linha, argumenta ser a convergência de interesses entre a burguesia local – empenhada em manter altas taxas de exploração – e a burguesia dos países centrais – interessada em ampliar os mercados para o fluxo constante de novos produtos – a fonte de reprodução da dependência. Tanto na fase primário-exportadora, quanto no processo de substituição de importações, ou mesmo no momento subsequente de internacionalização do mercado interno, já que a adoção de padrões de consumo modernizados facilitou a penetração das empresas multinacionais.

Aprofundando a pesquisa sobre a formação histórica do subdesenvolvimento, Furtado faria um retorno à Europa do “longo século XVI” para identificar ali as origens da emergência da civilização industrial. Sob declarada influência da escola dos *Annales*, principalmente de Fernand Braudel, faria uma reavaliação desse momento histórico singular, marcado pela revolução científica e pela grande expansão comercial marítima. Em *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978), fica patente tanto a influência de Braudel – num provável paralelo entre civilização material e civilização industrial –, quanto o diálogo com os teóricos da dependência.<sup>9</sup>

Neste mergulho na história, identifica a coexistência de dois sistemas de cultura na Europa “pré-descobrimentos”: o feudal e o burguês. A visão de mundo predominante, de caráter feudal, se fundaria na tradição religiosa e na estruturação do sistema de dominação social a partir da propriedade da terra. No entanto, essa visão seria

---

8. Especialmente pela aproximação aos conceitos de burguesia associada, de Fernando Henrique Cardoso, e de superexploração do trabalhador na periferia, de Ruy Mauro Marini.

9. Com destaque para Florestan Fernandes e sua análise da revolução burguesa no Brasil.

crescentemente desafiada pela ascensão da vida urbana e da cultura burguesa. A conjugação da expansão comercial – ampliando o espaço geográfico de atuação da burguesia mercantil europeia – com a revolução científica – marcada pela assimilação do conhecimento produzido pela cultura grega clássica – teria dado origem a uma verdadeira revolução cultural, momento de ascensão da cultura europeia à posição dominante no mundo. E é nesse quadro que se consuma a revolução burguesa.

Posto que a revolução burguesa não era outra coisa senão a ascensão de forças sociais que tinham na acumulação a fonte do próprio prestígio, e a acumulação nos meios de produção conduzia à diversificação do consumo (mediante o intercâmbio externo ou a invenção interna), as mudanças que daí decorriam nos padrões culturais – a concepção de modernidade – passaram a ser consideradas como um indicador de ascensão social, de melhora, de progresso. Tudo que conduzia ao progresso, à ‘riqueza das nações’, na feliz síntese do título da obra clássica de Adam Smith, ganhava legitimidade (FURTADO, 1978, p. 72, destaque meu).

Ou seja, Furtado entende a revolução burguesa como a implantação de um novo sistema de cultura, pautado pela acumulação como fonte de legitimação do poder e pela diversificação dos hábitos de consumo como expressão da estratificação social. Os ideais de civilização, progresso e modernidade teriam sua origem na revolução burguesa, um processo de criatividade cultural fundamental na emergência da civilização industrial. Esta, no entanto, só ganharia seus contornos mais salientes a partir da Revolução Industrial. O autor argumenta que, se a transformação no sistema de poder representada pela revolução burguesa levou séculos para se concretizar, a penetração dos critérios mercantis na organização da produção ocorreu num espaço de tempo relativamente curto, delimitado pela Revolução Industrial. A subordinação da ciência e da técnica ao processo acumulativo teria concentrado a inovação tecnológica nos métodos produtivos, fazendo da tecnologia um importante instrumento de poder. Ali se definiriam os elementos característicos da civilização industrial: a industrialização, a urbanização e a secularização.

Este espantoso desenvolvimento das forças produtivas teria representado um verdadeiro “salto histórico”, passando a história moderna e contemporânea a refletir em grande medida a crescente dominação do mundo pelos europeus e, evidentemente, a

reação contrária dos povos dominados. Tal processo seria parte da difusão da civilização industrial pelo mundo. Furtado aponta aqui uma distinção entre a emergência da civilização industrial e sua difusão: se a expansão das linhas de comércio conjugada com a ampliação do conhecimento científico conduzira a Europa à revolução burguesa, com modificações no sistema de poder e na organização da produção; a difusão da civilização industrial pertenceria a outra trajetória histórica, marcada pelo encontro desta civilização com as diferentes áreas do planeta, e não poderia ser captada a partir do quadro conceitual derivado unicamente da experiência europeia.

Distingue com isso algumas formas de acesso à civilização industrial. Grosso modo, pode-se dizer que a distinção fundamental residiria na conscientização das classes dominantes internas para o atraso no grau de acumulação de capital e para a ameaça de dominação externa que representava a expansão dos países que lideravam o desenvolvimento industrial. Alguns países teriam logrado um acesso mais seguro, mediante a canalização da acumulação para o desenvolvimento das forças produtivas, enquanto outros teriam seguido o caminho da simples integração comercial, um caminho de *acesso indireto à civilização industrial*, caracterizado pela acumulação fora do sistema produtivo, em particular no consumo de bens importados do núcleo industrial e na expansão da urbanização.

No caso desse acesso indireto à civilização industrial, a inserção no sistema de divisão internacional do trabalho coloca-se como fator determinante da estruturação social, e o processo de modernização se desenrola via comércio exterior. Isto é, transplanta-se o padrão de consumo e comportamento (o ideal de modernidade), sem que haja uma conexão com o desenvolvimento das forças produtivas, o que gera uma situação de dependência estrutural, com ampla penetração dos valores materiais e ideológicos da civilização industrial europeia.

Os valores ideológicos surgidos com a revolução burguesa – liberalismo, individualismo, racionalismo – que haviam operado como alavancas para deslocar as velhas estruturas de dominação e promover a ascensão dos agentes sociais comprometidos com a acumulação no plano das forças produtivas, transpostos para a situação de dependência, tais valores transformaram-se em instrumento de reforço desta. [...] A expansão da produção primário-exportadora não requeria transformações de monta nos métodos de produção, o que conduzia ao imobilismo das estruturas sociais. Em realidade, o considerável aumento do

excedente reforçava, às mais das vezes, o sistema de dominação social, além de proporcionar-lhe alianças externas. [...] Contudo, a industrialização subsequente das economias dependentes significou menos um abandono da ‘via indireta’ do que uma evolução no quadro dessa forma particular de acesso à civilização industrial (FURTADO, 1978, p. 46-47).

A industrialização dependente da periferia não mudaria o quadro geral, simplesmente traduziria um novo pacto entre as classes dominantes tradicionais e os interesses externos. A ideia de desenvolvimento teria servido para garantir esta espécie de solidariedade internacional, visando à difusão de civilização industrial nos marcos da dependência. Difundindo os elementos comuns que dão o caráter geral da civilização industrial, em especial: a centralidade da acumulação de capital no desenvolvimento das forças produtivas e na definição da estrutura de poder.

A intensificação da acumulação de capital respondia tanto aos interesses das classes dominantes internas, quanto dos grupos que controlavam o mercado mundial, ignorando a conseqüente destruição dos valores culturais próprios das sociedades dependentes. O desenvolvimento em condições de dependência significaria o transplante da civilização industrial, concebida como ideal de modernidade e progresso, baseado no estilo de vida material oriundo de outro contexto histórico-cultural.

Defende-se então que, ao delimitar as possibilidades de utilização do excedente, a dependência cultural estaria restringindo a criatividade nos países subdesenvolvidos. A acumulação de capital teria se transformado no fim último, condicionando em seu favor a utilização do excedente. O novo excedente, que abriria uma gama de possibilidades aos membros da sociedade, se canalizaria para o processo acumulativo, subordinando a capacidade humana de intervir de forma criativa e inovadora no determinismo inerente à difusão da civilização industrial.

É à luz dessa perspectiva histórica que Furtado iria analisar a crise da década de 1980 nos países dependentes. No livro *Cultura e desenvolvimento em época de crise* (1984), aponta a internacionalização dos capitais estadunidenses e europeus como o núcleo de propagação e reprodução da dependência. Salienta o crescente domínio da indústria transnacional da cultura como o principal instrumento de modernização dependente da atualidade, quando estaria ocorrendo uma globalização do sistema de cultura a partir dos interesses que, do centro capitalista, controlam o mercado mundial.

Na fase em que nos encontramos, de explosão dos meios de comunicação, o processo de globalização do sistema de cultura terá que ser cada vez mais rápido, tudo levando a crer que estamos fechando o ciclo que se abriu no século XVI. Todos os povos lutam para ter acesso ao patrimônio cultural comum da humanidade, o qual se enriquece permanentemente. Resta saber quais serão os povos que continuarão a contribuir para esse enriquecimento e quais aqueles que serão relegados ao papel passivo de simples consumidores de bens culturais adquiridos nos mercados. Ter ou não direito à criatividade, eis a questão (FURTADO, 1984, p. 25).

Reivindica o direito à criatividade. A autonomia na utilização do excedente, que condiciona a reprodução das estruturas sociais, seria o objetivo a ser alcançado para romper com a dominação cultural. Isto é, escapar à lógica economicista que põe na acumulação de capital o objetivo final do desenvolvimento das forças produtivas e perpetua, nos países subdesenvolvidos, a dependência. Aponta com isso a contradição entre a lógica dos meios, fundada na técnica e na acumulação, e a lógica dos fins, que rege a cultura e o sistema de valores.

A busca do *desenvolvimento endógeno* residiria na capacidade de determinar os rumos do processo social com vistas a alcançar objetivos compatíveis com a manutenção da identidade cultural e a promoção da criatividade. Furtado afirma que “mais do que *transformação*, o desenvolvimento é *invenção*, comporta um elemento de intencionalidade” (FURTADO, 1984, p. 105). Portanto, esta invenção seria a manifestação de um leque de possibilidades abertas à criatividade humana, fundada na existência de um excedente de recursos. Caberia aos países dependentes lutar pelo direito à criação de valores culturais próprios, ligados ao sistema de cultura local, que levariam à afirmação da nação num cenário mundial de crescente globalização, com a difusão planetária da civilização industrial. Daí a importância da política cultural vinculada à política de desenvolvimento, como sintetiza Bolaño (2015, p. 241, destaques no original):

Para superar as dificuldades em relação à necessidade de subordinar a lógica dos meios àquela dos fins, é crucial a organização de uma *vontade coletiva* na busca da identidade cultural própria. Nesse sentido, a *autonomia cultural* é essencial e, portanto, a política cultural é elemento estratégico, estruturador da política de desenvolvimento.

### 3. Política cultural: reflexões no caminho do ministério

Mesmo tendo dedicado boa parte de sua atividade intelectual para elaborar uma interpretação da relação entre cultura e desenvolvimento, Furtado não havia até então avançado para uma reflexão sobre a política cultural em sentido estrito. Somente nos anos 1980 encontramos suas primeiras abordagens ao tema, que vão ganhando solidez à medida que ele se envolve na luta pela consolidação do Ministério da Cultura.

Uma contribuição inicial de Furtado se dá em abril de 1984, no I Encontro Nacional de Política Cultural.<sup>10</sup> Em sua conferência, destaca as questões que vinha elaborando sobre cultura e desenvolvimento, para encaminhar uma proposta de política cultural. Em especial, traz uma reflexão sobre a possibilidade de preservar a identidade cultural nacional no contexto de globalização ascendente, contrapondo-se ao avanço da indústria cultural transnacional e à padronização da cultura de massa para o mercado. E se pergunta: “Como preservar o gênio de nossa cultura, em face da necessidade de assimilar técnicas que, se aumentam nossa capacidade de ação, nossa eficácia, também são vetores de valores que com frequência mutilam nossa identidade cultural?” (FURTADO, [1984] 2012, p.40]

Esse é um dos pontos cruciais de sua interpretação da dependência cultural: a relação entre o progresso técnico desenvolvido pelos países dominantes e sua assimilação pelos países dependentes. Em que medida a introdução dessas técnicas pode impedir um desenvolvimento cultural autônomo, dado que são técnicas elaboradas em um contexto cultural e transferidas para outro, distinto? Para Furtado este deve ser o núcleo de uma política cultural vinculada ao processo de desenvolvimento, evitando que uma avalanche de bens culturais importados sufoque a criatividade cultural.

Um maior acesso a bens culturais também melhora a qualidade de vida dos membros da coletividade, mas, se fomentado indiscriminadamente, pode frustrar formas de criatividade, mutilando a cultura. A política cultural que se limita a facilitar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras à inovação. Em

---

10 O encontro, ocorrido em Belo Horizonte, foi organizado por iniciativa de José Aparecido de Oliveira, então secretário de Cultura do Estado de Minas Gerais sob o governo de Tancredo Neves, e que, em 1985, seria o primeiro ministro da Cultura do Brasil. Na mesa da conferência de Furtado, além de José Aparecido e Tancredo, também estava Darcy Ribeiro, então vice-governador e secretário de ciência e cultura do Estado do Rio de Janeiro sob o governo de Leonel Brizola.

nossa época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social o objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade. [...] Trata-se, em síntese, de defender a liberdade de criar, certamente a mais vigiada e co-ataada de todas as formas de liberdade (FURTADO, [1984] 2012, p. 41).

Esta reflexão sobre a dependência cultural e a imposição da cultura material dos países dominantes estará presente no conjunto de intervenções de Furtado nos debates sobre a política cultural no Brasil.<sup>11</sup> Notadamente, refletirá sobre o impacto das novas tecnologias da informação e comunicação que viabilizam a difusão em massa dos bens culturais produzidos pela indústria transnacional da cultura. A preocupação corrente seria o estabelecimento de uma divisão internacional do trabalho cultural, na qual alguns países são produtores de bens culturais e outros são relegados ao papel passivo de consumidores de cultura alheia, tendo sua identidade cultural constantemente deslocada.

Ao longo de sua gestão no ministério, de fevereiro de 1986 a agosto de 1988, o tema da produção cultural em sentido estrito, isto é, a cultura enquanto processo produtivo, ganhará centralidade. Partindo da crítica aos modelos de desenvolvimento da civilização industrial, Furtado vai defender a necessidade do apoio decidido do Estado à produção cultural nacional, de modo que ela consiga expressar e promover os valores culturais locais. A política cultural, portanto, seria um dos elementos fundamentais de afirmação dos países dependentes no cenário de intensa globalização.

Essa a razão pela qual a política cultural é particularmente necessária nas sociedades em que o fluxo de bens culturais possui grande autonomia com respeito ao próprio sistema de valores culturais, cuja coerência interna é permanentemente submetida à prova (FURTADO, [1987] 2012b, p. 77)

Daí que o ministro se empenhará em elaborar políticas de apoio à produção cultural, abordando o tema pelo viés da economia da cultura. Tentará apreender a expressão econômica da atividade cultural, relacionada ao desenvolvimento. Para tanto,

---

11. Estas intervenções produzidas antes, durante e depois de sua gestão do MinC foram compiladas por Rosa Freire d'Aguilar no livro *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura* (2012).

encomendará a primeira pesquisa sobre a economia da cultura no Brasil, produzida pela Fundação João Pinheiro e publicada em 1988. Com o mesmo objetivo, em sua gestão será implementada a primeira lei de incentivos fiscais para a cultura no Brasil, assim como será criado o Instituto da Promoção Cultural (IPC). A lei de incentivo e o IPC se complementam num sistema inovador de financiamento das atividades culturais, com a intenção de dar maior autonomia à sociedade civil frente ao Estado.

Não é o propósito deste artigo fazer um balanço da prática política do MinC sob a direção de Furtado, devendo se ater às suas reflexões sobre a política cultural. No entanto, cabe apontar a intenção da lei de incentivo de descentralizar as formas de financiamento. Num contexto de fim da ditadura, onde vigorou a plena censura das atividades culturais, a desconfiança de artistas, intelectuais e produtores culturais em relação ao Estado era grande, de modo que a lei de incentivo tentava transferir parte da responsabilidade da gestão dos recursos financeiros da cultura para a sociedade civil.<sup>12</sup>

Outros temas também serão objeto de reflexão para elaborar a política cultural, dentre eles destacam-se dois de maior recorrência: a dimensão cotidiana da cultura; e a relação entre patrimônio e criatividade. Quanto à dimensão cotidiana, vemos uma aproximação da abordagem antropológica da cultura, entendida enquanto modo de vida. Para Furtado, a cultura não poderia ser tratada simplesmente enquanto lazer ou diversão, ela também deveria ser tratada como um elemento importante dos espaços de trabalho, estudo, habitação, onde o cidadão em geral passa a maior parte do seu tempo, com grande impacto em sua qualidade de vida. No discurso de posse, em fevereiro de 1986, afirma: “Eu diria mesmo que a dimensão cultural do nosso cotidiano é o mais significativo no que respeita a uma política cultural” (FURTADO, [1986] 2012a, p. 52).

Já na relação entre patrimônio e criatividade, o ponto central será a necessidade de compatibilizar a preservação do patrimônio (uma ação conservadora) com o incentivo às formas de ruptura típicas do ato criativo (uma ação transgressora). Furtado entende que todo ato de criação é alimentado pela herança cultural, mas, ao mesmo tempo, se preocupa com o peso da tradição, que pode sufocar as novas correntes cria-

---

12. Em que medida isso foi alcançado e as contradições da lei de incentivo em sua prática são temas que fogem ao escopo do artigo. O próprio ministro faria ressalvas e correções ao longo de sua gestão. Sobre isso, ver: Barbalho (2011); Bolaño (2015); Magalhães (2012); Santos (2012).

tivas. Assumindo o ministério em meio ao processo de democratização, ainda sob vigência da Constituição imposta pela ditadura em 1967, marcará posição no discurso de posse: “Criar condições para que a criatividade seja exercida em sua plenitude – eis a essência do que chamamos de democracia” (FURTADO, [1986] 2012a, p. 52)

Estes dois pontos, a dimensão cotidiana da cultura e a relação entre patrimônio e criatividade, se entrelaçam nas suas reflexões. Como nesta passagem, de fins de 1986:

Patrimônio e memória são concebidos não apenas como acervo da herança cultural, mas como um todo orgânico cuja significação cresce à medida que se integra no viver cotidiano da população. Assim, procura-se articular o trabalho de preservação com o estímulo à inovação, dentro da concepção de que o ato criativo é tanto ruptura como processo que se alimenta da herança cultural, a qual é captada no seu recorte histórico regional, em suas relações com o ecossistema e levando na devida conta a estrutura social em que emerge. Como ato de ruptura, a criatividade alimenta-se com frequência da ação de grupos contestadores que, em uma sociedade aberta, devem encontrar espaço para atuar. Demais, como a herança cultural e a criatividade se inserem na pluralidade étnica do país, o avanço na conscientização das populações negras e indígenas é visto como ampliação do nosso horizonte cultural (FURTADO, [1986] 2012b, p. 103-104).

Vemos aqui uma diretriz determinante para a política cultural: abrir espaço para a ação de grupos contestadores. Uma diretriz plenamente democrática, essencial para aquele contexto histórico – e de extrema atualidade. Temos ainda, na passagem acima, uma atenção à herança cultural, matizando suas diferenças regionais, étnicas e sociais. Essas diferenças são tidas como potencialidades da cultura nacional e deveriam ser objeto de promoção por parte da política cultural na busca de novos horizontes.

Feita esta sistematização das reflexões de Celso Furtado sobre a política cultural, cabe agora observar como o então ministro vai alcançar uma síntese dos principais objetivos perseguidos por sua gestão no MinC. Num texto de balanço da ação do ministério, redigido em fins de 1987, Furtado apresenta a seguinte síntese:

Assim, os objetivos específicos do campo cultural que vêm orientando a política do Ministério da Cultura sintetizam-se em quatro diretrizes, a saber:

- a preservação e o desenvolvimento de nosso patrimônio cultural, visto como um todo orgânico que deve se integrar no cotidiano da população;
- o estímulo à produção cultural, sem interferir na criatividade mas prestando o necessário apoio ali onde ela se materializa em bens e serviços de ampla circulação;
- a apoio à atividade cultural ali onde ela se apresenta como ruptura com respeito às correntes dominantes, ou como expressão de grupos diferenciados por raízes étnicas, históricas, sociais e mesmo geográficas;
- o estímulo à difusão e ao intercâmbio culturais visando a democratizar o acesso a nosso patrimônio e a bens e serviços culturais dentro do país e além de nossas fronteiras (FURTADO, [1987] 2012b, p. 78-79).

Por fim, mas não menos importante, cabe apresentar uma das reflexões mais significativas de Furtado no MinC: a necessidade de existência do próprio ministério. Quando de sua criação, o MinC foi alvo de grande desconfiança, o que levou Furtado a afirmar em seu discurso de posse: “Este ministério simboliza, de alguma forma, a Nova República. [...] Tem-se dito que em um país pobre como o nosso não cabe um Ministério da Cultura. Penso exatamente o contrário” (FURTADO, [1986] 2012a, p.54).

A pasta viveria sob constante ameaça de extinção. Furtado voltaria a se posicionar sobre o tema, concatenando a necessidade do MinC com os desafios da política cultural. Na abertura do Fórum de Secretários de Cultura, realizado em abril de 1987, diria:

O Estado que assumimos é instrumento de um povo livre que, não obstante as desigualdades, luta para realizar um projeto de resgate da dívida social. Cabe a nós atuar em função desse projeto.

Temos, por conseguinte, que nos preocupar profundamente com a questão das desigualdades sociais e regionais do Brasil, que limitam e inibem a difusão de valores do patrimônio de todos os brasileiros. O Brasil de hoje é marcado por profundas desigualdades no que respeita ao acesso a esses valores. Cabe ao Ministério da Cultura a responsabilidade maior no enfrentamento desse desafio. Por outro lado, temos enorme capacidade criativa que não chega a se manifestar em razão de constrangimentos sociais, o que constitui outro desafio para a política cultural. E ainda temos a necessidade de afirmar nossa identidade, de preservar sua integridade, em face da multiforme ofensiva da indústria cultural. Portanto, o

Estado para nós é essencialmente o instrumento de um projeto de difusão de valores, de abertura de novos canais de comunicação, de descoberta de fontes de criatividade e de preservação da identidade de nossa cultura. É assim que pensamos aqui no ministério (FURTADO, [1987] 2012a, p. 95-96).

#### **4. Considerações finais**

Um dos grandes intelectuais e políticos da história brasileira, com atuação destacada nos períodos mais democráticos do país, Celso Furtado foi ministro da Cultura na fase de consolidação do MinC. Suas reflexões nos lembram a necessidade de lutar pela construção de uma identidade cultural autônoma neste mundo de crescente globalização, se opondo à dependência cultural. Além disso, colocam como diretriz fundamental de uma política cultural democrática o apoio a movimentos culturais que lutam contra a desigualdade social, étnica e regional.

Vivemos numa sociedade em que paira uma grande desconfiança em relação à cultura, ora exaltada enquanto criatividade exótica do povo, ora tratada com desdém pela política de Estado. Desde que foi criado, em 1985, o MinC já foi extinto e recriado mais de uma vez. Estando agora reduzido a uma secretaria do atual Ministério da Cidadania. Trata-se de um momento histórico em que os artistas, intelectuais, produtores, pesquisadores e organizadores da cultura em geral precisam atuar de forma coletiva para defender uma política cultural democrática. Este resgate das reflexões de Celso Furtado sobre desenvolvimento e política cultural visa colaborar neste sentido.

## Referências

- BARBALHO, A. A política cultural segundo Celso Furtado. In: BARBALHO, A. et al. (Orgs.). *Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- BOLAÑO, C. Considerações sobre o conceito de cultura em Celso Furtado. In: D'AGUIAR, R. F. (Org.) *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers / Centro Internacional Celso Furtado, 2013.
- \_\_\_\_\_. *O conceito de cultura em Celso Furtado*. Salvador: Edufba, 2015.
- BORJA, B. Celso Furtado e a cultura da dependência. *Revista Oikos*, vol. 8, n.2. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- \_\_\_\_\_. Para a crítica da economia do desenvolvimento: a inserção de Celso Furtado na controvérsia internacional. In: MALTA, M. (Coord.). *Ecoss do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea / Centro Celso Furtado, 2011.
- \_\_\_\_\_. *A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado*. 2013. 202f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013a.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre a dimensão cultural na obra de Celso Furtado. In: D'AGUIAR, R. F. (Org.) *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers / Centro Internacional Celso Furtado, 2013b.
- D'AGUIAR, R. F. (Org.) *Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers / Centro Internacional Celso Furtado, 2013.
- FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- \_\_\_\_\_. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- \_\_\_\_\_. [1984] Que somos? In: D'AGUIAR, R. F. (Org.) *Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2012.
- \_\_\_\_\_. [1986] Discurso de posse. In: D'AGUIAR, R. F. (Org.) *Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2012a.
- \_\_\_\_\_. [1986] Política cultural e o Estado. In: D'AGUIAR, R. F. (Org.) *Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2012b.
- \_\_\_\_\_. [1987] Política cultural e criatividade. In: D'AGUIAR, R. F. (Org.) *Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2012a.

- \_\_\_\_\_. [1987] A ação do Ministério da Cultura. In: D'AGUIAR, R. F. (Org.). *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2012b.
- MAGALHÃES, F. Celso Furtado e os desafios do Ministério da Cultura. In: D'AGUIAR, R. F. (Org.) *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2012.
- RODRÍGUEZ, O. Furtado e a renovação da agenda do desenvolvimento. In: SABOIA, J.; CARVALHO, F. C. (Orgs.). *Celso Furtado e o século XXI*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- \_\_\_\_\_. Sobre a agenda do desenvolvimento. *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, vol. 2, n.1, p. 7-36, abr. 2010.
- \_\_\_\_\_; BURGUEÑO, O. Desenvolvimento e cultura: notas sobre o enfoque de Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- SANTOS, A. Celso Furtado, ministro da Cultura. In: D'AGUIAR, R. F. (Org.) *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2012.